

Parecer nº 138/99

Data: 1999.09.09

Processo nº 634

Requerente: José Pereira da Silva Brandão

Requerido: RTP Açores

1. José Pereira da Silva Brandão, solicitou à direcção da RTP Açores cópia do despacho que recaía sobre uma carta que dirigiu àquela entidade em 17 de Setembro de 1998 e por não ter obtido qualquer resposta vem disso apresentar queixa por se considerar «um cidadão excluído». Na carta remetida à RTP Açores o requerente questiona os critérios seguidos pela estação televisiva em determinado caso bem assim a razão porque não terá sido difundida uma certa reportagem.
2. Cabe considerar em primeiro lugar se a Radiotelevisão Portuguesa se encontra sujeita à Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho.

A RTP empresa pública foi transformada em sociedade anónima pela Lei nº 21/92, de 14 de Agosto, tendo esta sucedido àquela «assumindo a universalidade do seu património, dos seus direitos e das suas obrigações, nomeadamente a concessão do serviço público de televisão» (artigo 2º/2), sendo-lhe conferidos, enquanto concessionária do serviço público de televisão, os direitos de ocupar terrenos do domínio público e privado de entidades públicas, de beneficiar de protecção de servidão para os seus centros radioeléctricos, de beneficiar de protecção das suas instalações nos mesmos termos das dos serviços públicos e de utilizar e administrar os bens do domínio público que se encontrem ou venham a ficar

afectos ao exercício da actividade do serviço público de televisão (artigo 3º da lei citada).

No desempenho da sua actividade de concessionária do serviço público de televisão, a RTP, SA, deverá:

- «a) respeitar os princípios da liberdade e da independência perante o poder político e o poder económico, o princípio da especialidade, o princípio do tratamento não discriminatório ...
- b) salvaguardar a sua independência ...
- c) pautar a programação por exigências de qualidade e diversidade e de respeito pelo interesse público» (artigo 4º/2).

Por outro lado, constituem obrigações da concessionária do serviço público de televisão prestar, designadamente, as actividades de contribuir para o esclarecimento, formação e participação cívica e política da população, estimulando a criatividade e a formação de uma consciência crítica, de assegurar a cobertura noticiosa dos principais acontecimentos nacionais e estrangeiros e de contribuir para a informação, recreio e promoção educacional e cultural do público em geral no respeito da identidade nacional e tendo em conta os diversos interesses, origens e idades ... (artigo 4º/3 da mesma lei).

De tudo o exposto decorre que a RTP continuou a ser titular de poderes de autoridade após a transformação de empresa pública em sociedade anónima, pelo que a LADA lhe é aplicável nos termos dos seus artigos 2º/1, primeira parte, e 3º/1.

3. O requerente quer conhecer o despacho que recaiu sobre a carta que remeteu à RTP Açores. Quer conste tal despacho da carta que remeteu o requerente quer de outro suporte, estamos perante um documento administrativo artigo 4º/1/a) .

Não interessa aqui descortinar se se trata de um documento nominativo ou não porque mesmo que o fosse, o que não é provável, os dados referir-se-iam (também) ao requerente pelo que este sempre teria direito de acesso (artigo 8º/1).

O princípio geral do regime de acesso é o de que todos têm direito à informação mediante o exercício do acesso aos documentos não nominativos (artigo 7º/1), isto é, documentos que não contenham dados pessoais («informações sobre pessoa singular ... com apreciações, juízos de valor, ou abrangidos pela reserva da intimidade da vida privada»), sem que para isso apresentem qualquer justificação.

4. Nestes termos a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos delibera considerar procedente a queixa apresentada por José Pereira da Silva Brandão pelo que a RTP Açores dever-lhe-á facultar o acesso ao documento em causa.

Notifique-se.

Lisboa, 9 de Setembro de 1999.

Renato Gonçalves (Relator) – Silva Marques – Narana Coissoró – João Figueiredo – Vasco Almeida – Francisco de Brito – Branca Amaral – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)